

MUNICÍPIO DE RIO MAIOR

Aviso n.º 6847/2012

Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, Dr.^a, Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, torna público, para os efeitos previstos no artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, que a Câmara Municipal de Rio Maior deliberou, na sua reunião ordinária de 20 de fevereiro de 2012, aprovar a proposta de alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior e remeter o plano à Assembleia Municipal.

Mais torna público, que a Assembleia Municipal de Rio Maior, na sua reunião ordinária de 25 de fevereiro de 2012, aprovou a alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior.

Nos termos da alínea d) do n.º 4 do artigo 148.º e do n.º 8 do artigo 151.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 2/2011, de 6 de janeiro, publica-se em anexo a este aviso a deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a respetiva alteração ao plano, o extrato do regulamento com as alterações, a republicação do regulamento e a planta de implantação.

2 de março de 2012. — A Presidente da Câmara, *Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais*, Dr.^a

Assembleia Municipal de Rio Maior

Sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2012

Deliberação

Ponto VIII — Alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior

Considerando o disposto no artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua redação atual, a Assembleia Municipal, após conclusão do período de discussão pública e sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar a alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior.

Votação: aprovado por maioria dos presentes com 29 votos a favor e 2 abstenções.

Proposta de deliberação aprovada em minuta nos termos do artigo 92.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

O Presidente da Assembleia Municipal, *António Manuel Silva Arribança*, Dr.

Disposições regulamentares alteradas

CAPÍTULO III

Ocupação e utilização do solo

SECÇÃO IV

Estrutura viária

Artigo 17

Estacionamento e Circulação

- 1 —
- 2 —
- 3 — No interior dos lotes, é obrigatória a existência de uma área destinada ao estacionamento de pessoal e visitantes, de acordo com a Portaria n.º 216-B/08, de 3 março.
- 4 —
- 5 —
- 6 —

SECÇÃO V

Gestão

Artigo 19

Entidade gestora do Parque

Na área de intervenção do Plano, a entidade gestora do Parque de Negócios exerce as competências a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 72/2009, de 31 de março.

CAPÍTULO IV

Edificação

SECÇÃO I

Condições de edificação

Artigo 25

Altura das construções

1.1. — Toda a área de intervenção do Plano fica sujeita às seguintes regras:

- a) Edifícios destinados a indústria e logística:
 - a1) O número máximo de pisos é 3 acima da cota de soleira e um abaixo;
 - a2) A cêrcea máxima é de 15 m;
- b) Edifícios destinados a serviços e comércio:
 - b1) O número máximo de pisos é de 3 acima da cota de soleira e um abaixo;
 - b2) A cêrcea máxima é de 15 m, exceptuando-se os casos devidamente justificados que, pelas tecnologias que utilizam, assim o exijam.
- c) Edifício destinado aos serviços comuns, localizado no lote 45:
 - c1) O número máximo de pisos é de 3 acima da cota de soleira e 2 abaixo;
 - c2) A cêrcea máxima é de 15 m.

2 — A volumetria máxima é de 6m³/m², excetuando-se os casos devidamente justificados que, pelas tecnologias que utilizam, assim o exijam. Nesses casos, poder-se-á ultrapassar a volumetria de 6m³/m² mantendo-se a obrigatoriedade de cumprimento dos restantes parâmetros urbanísticos.

Artigo 28

Vedações e muro

1 — Nos limites dos lotes é obrigatório a plantação de cupressus leylandii com um afastamento máximo de 66,6 cm entre arbustos.

A plantação de outras espécies carece da aprovação prévia da Sociedade Gestora.

Todos os limites do lote deverão estar separados da via pública, lotes contíguos e linha de água, através de uma sebe de cupressus leylandii.

Excecionalmente é permitido a utilização de vedação/muros de contenção, desde que devidamente justificados tecnicamente, sendo a plantação dos cupressus leylandii obrigatória, entre os limites do lote e a vedação/muros de contenção.

A altura dos cupressus leylandii a plantar nestes casos, deverá ser igual ou superior à altura da vedação/muros de contenção previstos.

O afastamento máximo de plantação dos cupressus leylandii aos limites dos lotes deverá ser de 80 cm, exceto no caso de lotes contíguos, cuja plantação deverá ser efetuada pelo limite do lote.

Todos os materiais a utilizar deverão ser apresentados à sociedade gestora, de forma a serem previamente aprovados.

2 —

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1

Natureza, objeto e âmbito territorial

1 — O "Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior", adiante abreviadamente designado por Plano, define a forma de ocupação e organização da sua área de intervenção que serve de base às operações de loteamento, aos projetos de execução das infraestruturas, da arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores.

2 — A área do Plano encontra-se delimitada na planta de implantação anexa, que dele faz parte integrante.

Artigo 2

Atualização do PDM

O Plano introduz as seguintes alterações ao Plano Diretor Municipal de Rio Maior (PDM), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série — B, n.º 114, de 17 de maio de 1995, com as alterações introduzidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série — B, n.º 92, de 19 de abril de 2002:

- a) Alteração ao artigo 37.º n.º 3 alínea b) com o aumento do índice de construção;
- b) Alteração ao artigo 37.º n.º 3 alínea c) com o aumento da cêrcea.

Artigo 3

Conteúdo

1 — O Plano é constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de implantação à escala 1:2000. — desenho 605-11101;
- c) Planta de condicionantes à escala 1: 2000 — desenho 605-11202.

2 — O Plano é acompanhado por:

- a) Relatório;
- b) Programa de execução e plano de financiamento;
- c) Avaliação acústica;
- d) Ficha de dados estatísticos;
- e) Extrato do regulamento do PDM;
- f) Relatório do inquérito público;
- g) Declaração da Câmara Municipal comprovativa da inexistência de licenças ou autorizações urbanísticas nem de informações prévias em vigor na área do Plano;
- h) Peças desenhadas:
 - h1) Planta de localização à escala 1:25000 — desenho 605-11201
 - h2) Planta de enquadramento à escala 1:5000. — desenho 605-11202;
 - h3) Planta da situação existente à escala 1:2000 — desenho 605-11203;
 - h4) Extrato das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM à escala 1:25000. — desenhos 605-11204, 605-11205 e 605-11206;
 - h5) Extrato da planta da Reserva Ecológica Nacional aprovada para o Concelho de Rio Maior à escala 1:25000. — desenho 605-11207;
 - h6) Perfis transversais tipo à escala 1: 200 — desenho 605-11208.

Artigo 4

Definições

Para efeitos de aplicação deste regulamento, são adotadas as seguintes definições:

a) Alinhamento do alçado principal — distância da linha de projeção no solo do plano da fachada principal de um edifício à linha de separação entre a via pública e o lote;

b) Anexo — edificação totalmente distinta e independente da edificação principal implantando-se no mesmo lote, podendo ser ou não ser contígua a esta, destinando-se a usos distintos e complementares da edificação principal;

c) Área de construção — valor numérico expresso em metros quadrados, resultante do somatório das áreas brutas de todos os pisos (incluindo átrios, escadas, elevadores e sistemas de deposição de lixo) acima e abaixo da cota de soleira, com exclusão de: alpendres incluídos na edificação com área não superior a 10 % da área total de construção, terraços, varandas, garagens na cave, galerias exteriores públicas, arruamentos ou outros espaços livres de uso público cobertos para edificação, sótão sem pé-direito regular para fins habitacionais ou comerciais e áreas técnicas acima e abaixo da cota de soleira;

d) Área de implantação — valor numérico, expresso em metros quadrados, correspondente ao somatório das implantações dos vários edifícios, residenciais ou não, medida pelo perímetro do piso mais saliente, incluindo anexos, mas excluindo varandas, platibandas e outros elementos salientes e abertos;

e) Cércea — dimensão vertical da edificação, contado a partir do ponto de cota média do arruamento de acesso no alinhamento da fachada principal, até à linha superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço;

f) Edificação — atividade ou resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado à utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com carácter de permanência;

g) Equipamento de utilização coletiva — área destinada à prestação de serviços de carácter económico e à prática de atividades culturais, desportivas ou de recreio e de lazer;

h) Polígono de implantação — perímetro que demarca a área na qual pode ser implantado o edifício e seus anexos;

i) Índice de construção máximo — valor máximo admitido para o quociente entre a área total de pavimentos dos edifícios construídos acima e abaixo do nível do terreno e a área do lote de terreno em que se implantam;

j) Índice de construção bruto — quociente entre o somatório das áreas brutas de construção e a área de terreno objeto da operação urbanística;

l) Índice de construção líquido — quociente entre a área total de pavimentos pela área total do lote suscetível de construção, pelo lote ou pela área líquida de loteamento;

m) Índice volumétrico máximo — valor máximo admitido para o quociente entre o volume do espaço ocupado pelos edifícios acima do nível do terreno e a superfície de referência a que se aplica de forma homogênea o índice;

n) Logradouro — área de terreno livre de um lote adjacente à construção nele implantada;

o) Número máximo de pisos — número total de pavimentos sobrepostos acima da cota de soleira, incluindo os aproveitamentos das coberturas, em condições legais de utilização;

p) Obra de alteração — qualquer obra de que resulte a modificação das características físicas de uma construção existente ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura existente, número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem o aumento da área bruta de construção ou de ocupação de cércea;

q) Obra de ampliação — qualquer obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação, da cércea ou do volume de uma edificação existente;

r) Obra de conservação — qualquer obra destinada a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza;

s) Obra de demolição — qualquer obra que resulte na destruição total ou parcial de uma construção existente;

t) Obra de reconstrução — qualquer obra de construção subsequente à demolição total ou parcial de uma edificação existente, da qual resulte a manutenção ou reconstituição da estrutura das fachadas, da cércea e do número de pisos;

u) Lote — área do território física ou juridicamente autonomizada não resultante de uma operação de loteamento;

v) Serviços comuns — referem-se a um conjunto de serviços prestados a todos os utentes do Parque de Negócios, tais como: serviço de portaria/

receção, serviço de restauração e cafetaria, residencial, escritórios, centro de incubação de empresas, salas de formação e de reunião, auditório e outras atividades similares.

x) Via de circulação automóvel — corredor composto pelas faixas de rodagem;

z) Via de circulação automóvel condicionada — via reservada a residentes e utilizadores locais destinada a tráfego automóvel condicionado a velocidade reduzida e à circulação pedonal.

Artigo 5

Ruído

A área classificada como zona mista, assinalada na planta de implantação, aquando das operações urbanísticas fica sujeita ao regime estabelecido na legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Artigo 6

Âmbito

1 — As servidões administrativas e as restrições de utilidade pública ao uso do solo constam da planta de condicionantes e são as seguintes:

a) Proteção de infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva:

Autoestrada A15;
Estrada Nacional 114;

b) Áreas de Reserva e Proteção de Solos e de Espécies Vegetais:
Reserva Ecológica Nacional;

c) Recursos Hídricos:
Margens e Zonas Inundáveis — linha de água.

2 — A faixa de proteção à linha de água a que se refere a alínea c) do número anterior, tem a largura de 5 metros contadas a partir da margem.

Artigo 7

Regime

A ocupação, uso e transformação do solo, na área abrangida pelas servidões e restrições referidas no artigo anterior, obedecerá ao disposto na legislação aplicável cumulativamente com as disposições do Plano que com ela sejam compatíveis.

CAPÍTULO III

Ocupação e utilização do solo

SECÇÃO I

Normas gerais

Artigo 8.º

Categorias de uso do solo

1 — São constituídas as seguintes categorias de uso do solo tal como se encontram delimitadas na planta de implantação:

a) Estrutura física funcional:

Construções novas

b) Estrutura verde e equipamentos:

Linha de água naturalizada
Zona verde urbana
Zona verde de proteção e enquadramento
Alinhamentos arbóreos
Zona de verde privado

c) Estrutura viária:

Circulação automóvel
Ciclovias
Estacionamento longitudinal para ligeiros
Estacionamento transversal para ligeiros
Estacionamento transversal para pesados
Circulação pedonal

SECÇÃO II

Estrutura física e funcional

Artigo 9

Construções novas

1 — Os lotes em que é permitida a construção são os indicados na planta de implantação.

2 — Em cada lote, a construção deverá respeitar o polígono de implantação definido na planta de implantação, bem como o uso e os parâmetros de edificabilidade constantes no quadro de loteamento (ANEXO I) e no capítulo IV do presente Regulamento, sem prejuízo de regras que sejam impostas por legislação de caráter geral, designadamente o respeito pela faixa de proteção de 5 metros à margem da linha de água.

3 — Os materiais e cores a aplicar deverão respeitar o disposto nos Artigos 31 e seguintes do presente regulamento.

SECÇÃO III

Estrutura verde

Artigo 10

Zona verde urbana

1 — A zona verde urbana integra os espaços verdes públicos cuja função está associada ao lazer, à circulação pedonal e a outras atividades próprias do ambiente urbano.

2 — Na zona verde urbana não é permitida:

- a) A execução de quaisquer edificações, exceto as que se destinam ao apoio da sua conservação ou manutenção;
- b) A destruição do solo vivo e coberto vegetal, salvo para os fins previstos na alínea anterior;
- c) A descarga de entulhos de qualquer tipo, bem como o depósito de materiais.

3 — A zona verde urbana deve ser objeto de projeto de arquitetura paisagística aquando da sua conceção, devendo ser prevista a instalação de mobiliário urbano adequado e ser devidamente acautelada a drenagem de águas superficiais.

4 — A execução da zona verde urbana é da responsabilidade da entidade gestora do Parque de Negócios podendo a mesma ser realizada em parceria com a Câmara Municipal nos termos que vierem a ser definidos em contrato de urbanização a celebrar nos termos do disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e sucessivas alterações.

Artigo 11

Alinhamentos arbóreos

1 — Os alinhamentos arbóreos correspondem a estruturas arbóreas em caldeiras com a presença contínua de três ou mais exemplares, a manter numa lógica de contínuo urbano.

2 — Nas caldeiras não é permitida:

- a) A execução de quaisquer intervenções de impermeabilização do solo;
- b) A destruição do solo vivo e coberto vegetal;
- c) A descarga de entulhos de qualquer tipo, bem como o depósito de materiais.

3 — As ações de manutenção, deverão consistir em corretas intervenções de formação de fuste e copa, que não diminuam as capacidades vegetativas e a forma própria de cada espécie.

4 — A execução e plantação dos elementos arbóreos é da responsabilidade da entidade gestora do Parque, podendo a mesma ser realizada em parceria com a Câmara Municipal, nos termos que vierem a ser definidos em contrato de urbanização a celebrar nos termos do disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e sucessivas alterações.

Artigo 12

Zona verde de proteção e enquadramento

1 — A zona verde de enquadramento integra os espaços verdes públicos destinados à proteção e composição paisagística da área de intervenção do Plano, excluindo as áreas referidas nos artigos anteriores.

2 — Na zona verde de proteção e enquadramento não é permitida:

- a) A construção ou edificação de qualquer tipo;
- b) A destruição do solo vivo e do coberto vegetal;
- c) A descarga de entulhos de qualquer espécie e o depósito de materiais ou máquinas.

3 — O licenciamento e a autorização de obras particulares devem respeitar as áreas verdes de proteção e enquadramento delimitadas na planta de implantação, não sendo permitida a desafetação destas áreas para outras funções.

Artigo 13

Zona verde privada

1 — A zona verde privada integra os espaços com características de logradouro e corresponde à área livre dos lotes privados a submeter a tratamento paisagístico.

2 — É permitida a impermeabilização dos lotes até 90 % da sua área, devendo a restante parte ser preferencialmente permeável e ocupada com vegetação.

3 — Nos logradouros apenas são admitidos usos complementares da função industrial, nomeadamente o estacionamento privado e a carga e descarga de mercadorias.

SECÇÃO IV

Estrutura viária

Artigo 14

Circulação automóvel

1 — As vias de circulação automóvel devem obedecer ao estabelecido nas peças escritas e desenhadas do Plano, nomeadamente aos respetivos perfis transversais.

2 — Não é permitida a abertura de novas vias de circulação automóvel para além das previstas na planta de implantação.

3 — As áreas de circulação automóvel respeitantes aos passeios devem obedecer ao estabelecido nos perfis transversais.

4 — Na via exterior é interdita a circulação automóvel, à exceção dos veículos prioritários, designadamente ambulâncias, veículos da administração pública e veículos de deficientes.

Artigo 15

Circulação pedonal

1 — Nas áreas de circulação pedonal é interdita a circulação automóvel, à exceção dos veículos prioritários, designadamente ambulâncias, veículos da administração pública e veículos de deficientes.

2 — As áreas de circulação pedonal respeitantes aos passeios devem obedecer ao estabelecido nos perfis transversais (ANEXO II).

3 — As áreas de circulação pedonal devem ser dotadas de mobiliário urbano adequado, cuja localização obedece à legislação aplicável, nomeadamente no que diz respeito à eliminação de barreiras arquitetónicas.

4 — O pavimento a aplicar nos passeios deverá ser permeável e formado preferencialmente por cubos, de pequenas dimensões, ou lajetas de pedra natural, assente sobre a camada de areia.

Artigo 16

Ciclovias

As ciclovias devem obedecer ao estabelecido nas peças escritas e desenhadas do Plano, nomeadamente ao estabelecido nos respetivos perfis transversais.

Artigo 17

Estacionamento e Circulação

1 — O estacionamento resultante do funcionamento das empresas dos utentes de cada lote deverá ser assegurado preferencialmente no interior dos mesmos.

2 — Consideram-se dois tipos de estacionamento, lugares para veículos ligeiros e lugares para veículos pesados.

3 — No interior dos lotes, é obrigatória a existência de uma área destinada ao estacionamento de pessoal e visitantes, de acordo com a Portaria n.º 216-B/08, de 3 março.

4 — Deverá estar previsto no interior dos lotes uma área destinada à carga, descarga e estacionamento de veículos pesados em número a determinar em relação a cada caso e em função da atividade a implantar.

5 — No interior dos lotes destinados à instalação dos equipamentos de utilização coletiva e serviços públicos é obrigatório prever uma área de estacionamento mínima correspondente a 3 lugares/veículos ligeiros por cada 100 m² de área bruta de construção.

6 — Em função do tipo de equipamento de utilização coletiva ou indústria a instalar, a entidade gestora pode, na fase de informação prévia ou na fase de licenciamento, exigir à empresa utente um estudo de tráfego que contenha os seguintes elementos:

- a) A acessibilidade ao lote em relação aos transportes individuais e de mercadorias;
- b) O esquema de circulação na área de influência direta da empresa;
- c) O acesso aos edifícios;
- d) A capacidade das vias envolventes;
- e) A capacidade de estacionamento no próprio lote do empreendimento e nas vias que constituem a sua envolvente imediata;
- f) O regime de funcionamento e os horários de carga e descarga.

SECÇÃO V

Gestão

Artigo 18

Câmara Municipal

A Câmara Municipal é responsável pelo cumprimento do Plano.

Artigo 19

Entidade gestora do Parque

Na área de intervenção do Plano, a entidade gestora do Parque de Negócios exerce as competências a que se refere o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 72/2009, de 31 de março.

Artigo 20

Infraestruturas

A entidade gestora, a Câmara Municipal e demais entidades devem garantir a execução, conservação e bom funcionamento de todas as infraestruturas básicas, de acordo com os projetos indicados.

CAPÍTULO IV

Edificação

SECÇÃO I

Condições de edificação

Artigo 21

Autorização municipal

A realização de obras na área do Plano está sujeita a autorização municipal, nos termos da lei.

Artigo 22

Forma e ocupação dos terrenos edificáveis

1 — Devem ser respeitadas as cotas de soleira indicadas na planta de implantação, sendo apenas permitida uma variação até 1 m.

2 — As novas construções e ampliações destinadas a indústria e a armazéns devem respeitar os valores máximos estabelecidos no quadro de loteamento (ANEXO I).

3 — É permitida o emparcelamento de lotes destinados à indústria, logística, comércio e serviços definidos em planta de implantação, desde que sejam respeitados os parâmetros definidos no número anterior.

4 — A construção destinada aos serviços comuns deve respeitar, dentro do lote, os valores máximos estabelecidos no quadro de loteamento (ANEXO I).

5 — Para toda a área do Plano devem ser respeitados os seguintes parâmetros:

	Indústria	Logística	Serviços e comércio
Frente mínima do lote	46m	90m	31
Afastamento mínimo frontal	13 m*	13 m*	13m*
Afastamento mínimo lateral.	6 m	6 m	6m
Afastamento mínimo tardoz.	13 m	13 m	13m
N.º máximo de pisos	2	2	3

* os 13 metros de recuo são distribuídos da seguinte forma: 2 metros — espaço verde; 5 m — estacionamento; 6 m — circulação interna.

Artigo 23

Alinhamentos

1 — Os alinhamentos são definidos consoante o perfil do arruamento adjacente e tendo em conta as necessidades de circulação e estacionamento, arborização, insolação e as características da morfologia urbana em que se inserem.

2 — Devem ser respeitados os alinhamentos definidos na planta de implantação e nos perfis transversais tipo constantes do Anexo II.

Artigo 24

Usos condicionados e interditos

O uso comercial deve ocupar preferencialmente o piso térreo da construção.

Artigo 25

Altura das construções

1 — Toda a área de intervenção do Plano fica sujeita às seguintes regras:

a) Edifícios destinados a indústria e logística:

a1) O número máximo de pisos é 3 acima da cota de soleira e um abaixo;

a2) A cércea máxima é de 15 m;

b) Edifícios destinados a serviços e comércio:

b1) O número máximo de pisos é de 3 acima da cota de soleira e um abaixo;

b2) A cércea máxima é de 15 m, excetuando-se os casos devidamente justificados que, pelas tecnologias que utilizam, assim o exijam.

c) Edifício destinado aos serviços comuns, localizado no lote 45:

c1) O número máximo de pisos é de 3 acima da cota de soleira e 2 abaixo;

c2) A cércea máxima é de 15 m.

2 — A volumetria máxima é de 6m³/m², excetuando-se os casos devidamente justificados que, pelas tecnologias que utilizam, assim o exijam. Nesses casos, poder-se-á ultrapassar a volumetria de 6m³/m² mantendo-se a obrigatoriedade de cumprimento dos restantes parâmetros urbanísticos.

Artigo 26

Anexos

1 — Fora da faixa de proteção referida no número anterior é permitida a construção de anexos quando devidamente justificada e desde que sejam cumpridos os índices de ocupação estabelecidos para o lote.

2 — Na faixa de proteção à linha de água não são permitidos anexos.

Artigo 27

Caves

É permitida a construção de caves nos termos estabelecidos no quadro de loteamento (ANEXO I).

Artigo 28

Vedações e muro

1 — Nos limites do lote é obrigatório a plantação de cupressus leylandii com um afastamento máximo de 66,6 cm entre arbustos.

A plantação de outras espécies carece da aprovação prévia da Sociedade Gestora.

Todos os limites do lote deverão estar separados da via pública, lotes contíguos e linha de água, através de uma sebe de cupressus leylandii.

Excecionalmente é permitido a utilização de vedação/muros de contenção, desde que devidamente justificados tecnicamente, sendo a plantação dos cupressus leylandii obrigatória, entre os limites do lote e a vedação/muros de contenção.

A altura dos cupressus leylandii a plantar nestes casos, deverá ser igual ou superior à altura da vedação/muros de contenção previstos.

O afastamento máximo de plantação dos cupressus leylandii aos limites dos lotes deverá ser de 80 cm, exceto no caso de lotes contíguos, cuja plantação deverá ser efetuada pelo limite do lote.

Todos os materiais a utilizar deverão ser apresentados à sociedade gestora, de forma a serem previamente aprovados.

2 — Não é permitido qualquer tipo de vedação no lote destinado a serviços comuns.

Artigo 29

Condicionalismos à laboração

As empresas a instalar na área de intervenção do Plano ficam sujeitas às regras disciplinadoras do exercício da atividade industrial, nomeadamente em matéria de prevenção dos riscos e inconvenientes resultantes da laboração dos estabelecimentos industriais, salvaguarda da saúde pública e dos trabalhadores, segurança das pessoas e bens, higiene e segurança dos locais de trabalho, correto ordenamento do território e qualidade do ambiente.

Artigo 30

Condicionalismos das infraestruturas energéticas

A entidade gestora do Parque está obrigada a submeter os projetos das obras a parecer prévio dos organismos com jurisdição sobre as infraestruturas energéticas, nos termos da legislação em vigor.

SECÇÃO II

Materiais e cores

Artigo 31

Revestimento e cores de paredes exteriores

1 — Nas paredes exteriores das construções novas, ou de obras de ampliação, alteração, conservação e reconstrução, os revestimentos devem ser homogêneos.

2 — Aquando do pedido de autorização da edificação, é obrigatória a inclusão de amostras dos revestimentos e das cores a empregar, com um mapa de acabamentos especificando todos os materiais para aprovação prévia da Câmara Municipal.

3 — Excetua-se do disposto no número anterior os simples trabalhos de conservação que impliquem pinturas em fachadas de alvenaria.

Artigo 32

Envidraçados

No lote 45 destinado aos serviços comuns é permitida a aplicação de vidros rugosos ou martelados, bem como daqueles que, pela sua cor ou configuração, não prejudiquem a harmonia da construção ou da zona envolvente.

Artigo 33

Coberturas

1 — Nas coberturas inclinadas, a inclinação das águas deve ser acertada pela cumeeira das construções envolventes e oculta por platibanda, não sendo permitida a aplicação de fibrocimento.

2 — É permitida a aplicação de subtelha para melhor estabilização e impermeabilização da cobertura.

CAPÍTULO V

Execução e programação do plano

Artigo 34

Sistema de execução e perequação

1 — O Plano será executado no sistema de cooperação

2 — A área de intervenção do Plano tem um único proprietário pelo que não há lugar ao estabelecimento de critérios de perequação.

Artigo 35

Faseamento da execução

O faseamento da execução está definido no Programa de Execução.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 36

Sanções

As infrações às normas do presente regulamento que revistam a natureza de contra ordenações urbanísticas e ambientais são punidas com coima, nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis.

Artigo 37

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões na aplicação deste regulamento são decididas por deliberação da Assembleia Municipal, sujeita a recurso contencioso nos termos gerais.

Artigo 38

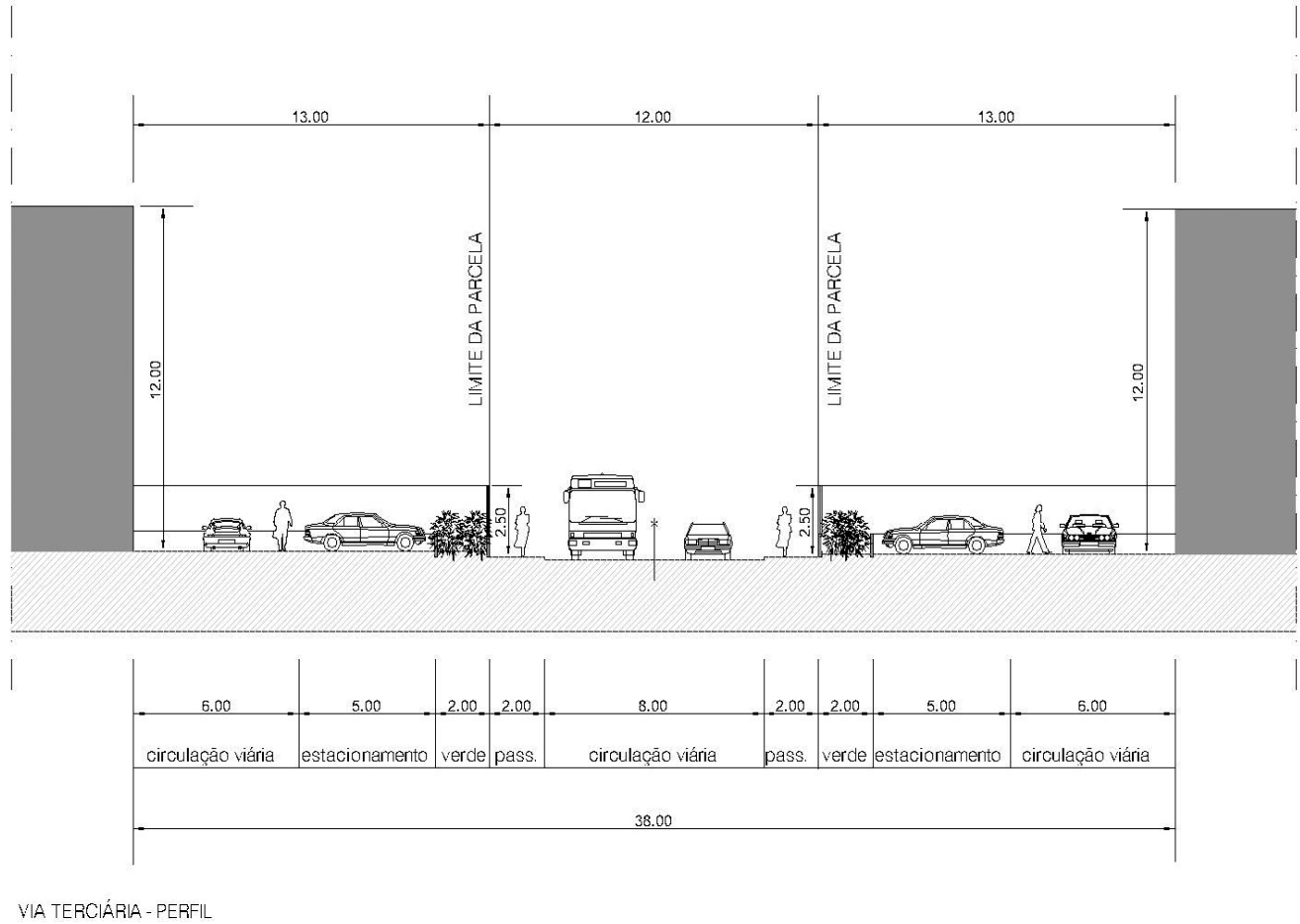
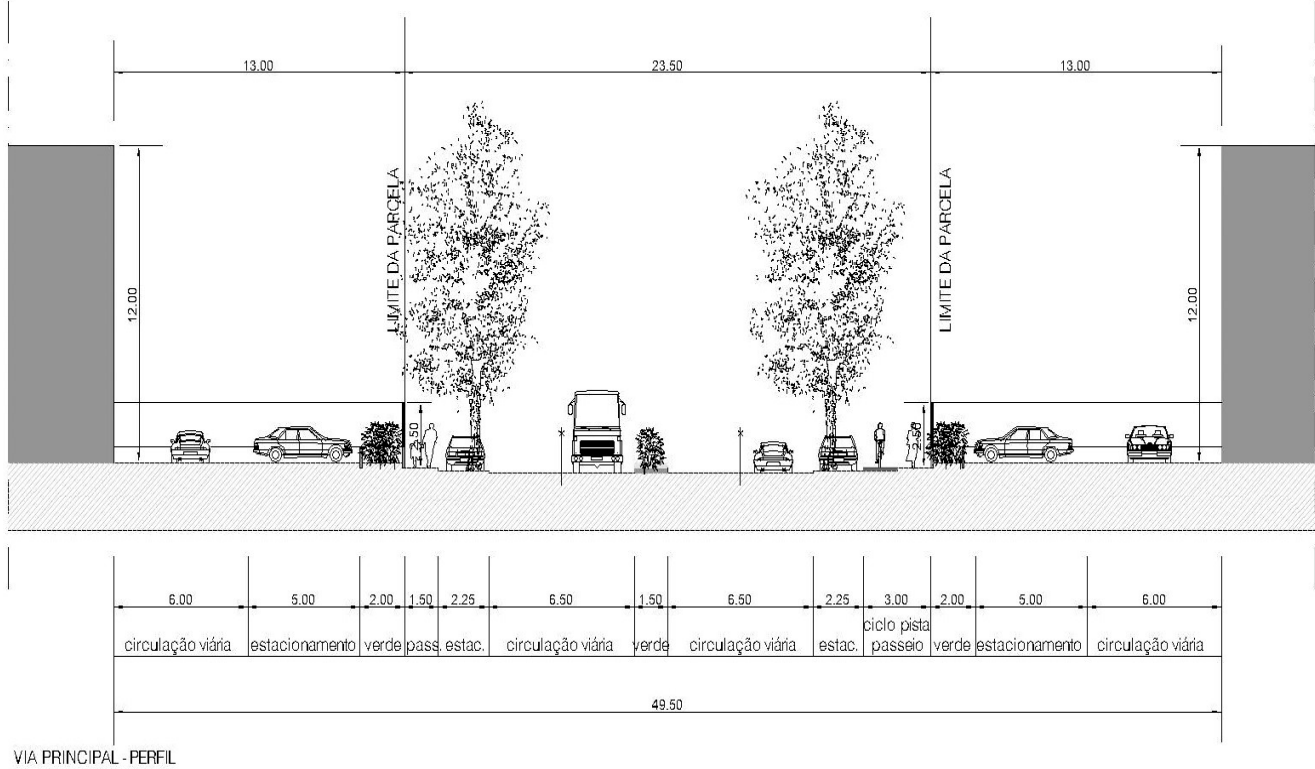
Entrada em vigor

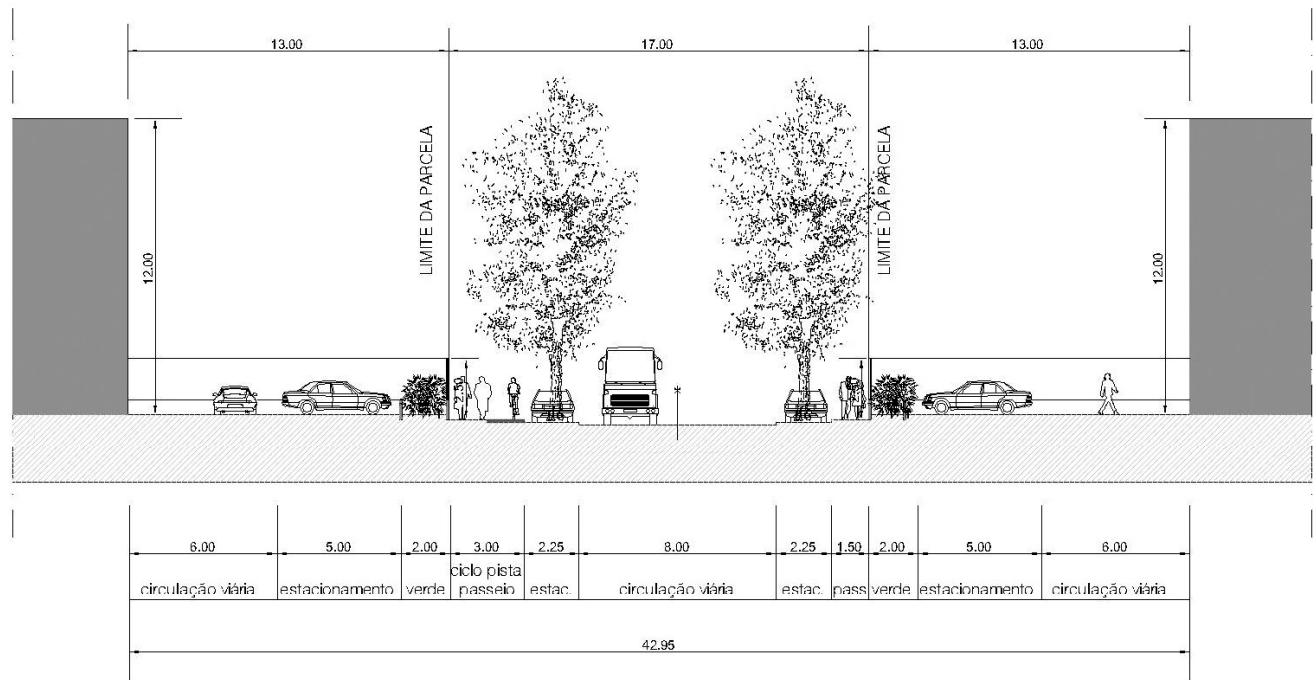
O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

Quadro de loteamento parque de negócios

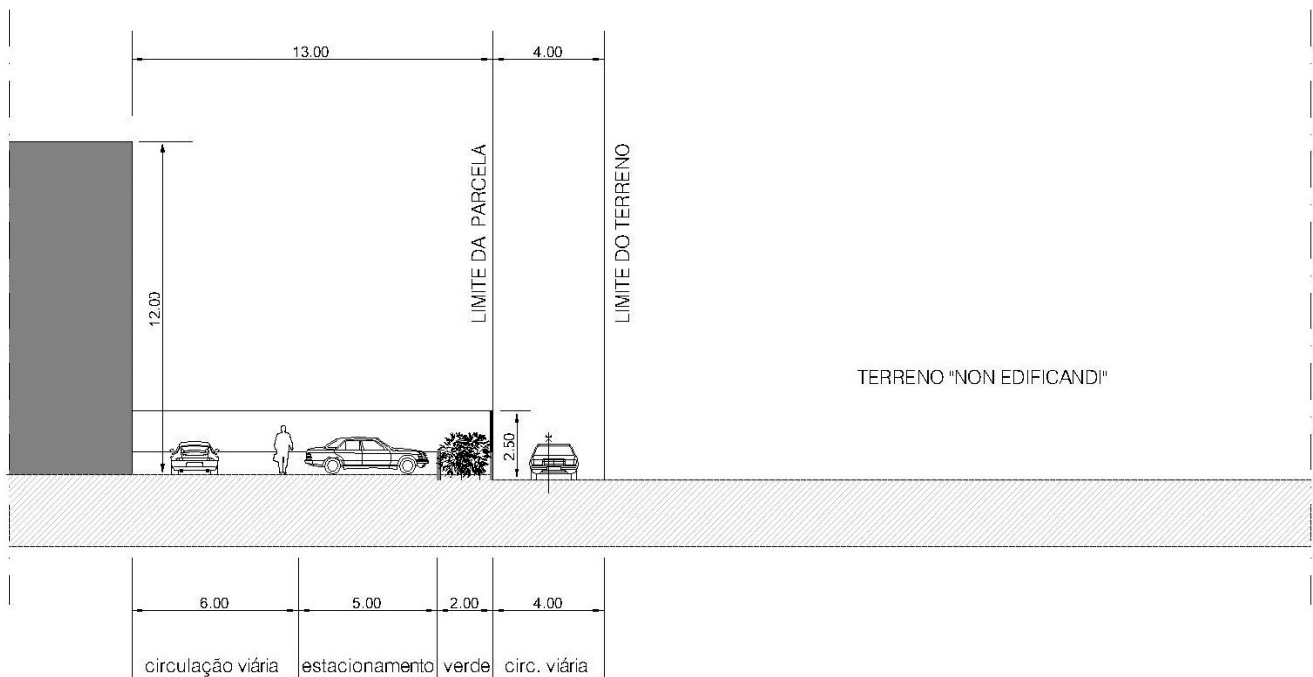
Lote		Edificabilidade máxima					Uso
Número	Área (metros quadrados)	Índice de construção	Área bruta de construção máxima (metros quadrados)	Número máximo de pisos		Cércea máxima	
				Acima da cota de soleira	Abaixo da cota de soleira		
1	7 343	0,60	4 406	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
2	7 376	0,60	4 426	3	1	15	EPTAR
3	4 981	0,60	2 989	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
4	4 585	0,60	2 751	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
5	9 724	0,60	5 834	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
6	4 998	0,60	2 999	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
7	9 994	0,60	5 996	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
8	9 504	0,60	5 702	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
9	9 407	0,60	5 644	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
10	17 862	0,60	10 717	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
11	12 667	0,60	7 600	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.

Lote		Edificabilidade máxima					Uso
Número	Área (metros quadrados)	Índice de construção	Área bruta de construção máxima (metros quadrados)	Número máximo de pisos		Cércea máxima	
				Acima da cota de soleira	Abaixo da cota de soleira		
12.....	12 930	0,60	7 758	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
13.....	5 519	0,60	3 311	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
14.....	5 588	0,60	3 353	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
15.....	4 764	0,60	2 858	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
16.....	17 022	0,60	10 213	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
17.....	2 097	0,60	1 258	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
18.....	2 106	0,60	1 264	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
19.....	2 323	0,60	1 394	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
20.....	2 286	0,60	1 372	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
21.....	2 210	0,60	1 326	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
22.....	2 026	0,60	1 216	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
23.....	2 255	0,60	1 353	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
24.....	2 287	0,60	1 372	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
25.....	2 263	0,60	1 358	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
26.....	2 256	0,60	1 354	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
27.....	9 069	0,60	5 441	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
28.....	9 143	0,60	5 486	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
29.....	24 275	0,60	14 565	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
30.....	2 958	0,60	1 775	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
31.....	2 781	0,60	1 669	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
32.....	2 577	0,60	1 546	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
33.....	2 617	0,60	1 570	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
34.....	2 495	0,60	1 497	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
35.....	2 342	0,60	1 405	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
36.....	2 459	0,60	1 475	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
37.....	2 468	0,60	1 481	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
38.....	2 170	0,60	1 302	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
39.....	2 336	0,60	1 402	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
40.....	2 383	0,60	1 430	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
41.....	2 118	0,60	1 271	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
42.....	2 329	0,60	1 397	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
43.....	2 306	0,60	1 384	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
44.....	2 206	0,60	1 324	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
45.....	13 154	0,60	7 892	3	2	15	Serviços Comuns.
46.....	15 328	0,60	9 197	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
47.....	2 077	0,60	1 246	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
48.....	2 176	0,60	1 306	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
49.....	2 178	0,60	1 307	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
50.....	2 531	0,60	1 519	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
51.....	2 454	0,60	1 472	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
52.....	2 167	0,60	1 300	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
53.....	2 209	0,60	1 325	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
54.....	2 180	0,60	1 308	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
55.....	2 521	0,60	1 513	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
56.....	2 367	0,60	1 420	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
57.....	2 536	0,60	1 522	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
58.....	2 457	0,60	1 474	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
59.....	11 834	0,60	7 100	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
60.....	9 899	0,60	5 939	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
61.....	11 896	0,60	7 138	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
62.....	9 163	0,60	5 498	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
63.....	8 139	0,60	4 883	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
64.....	8 207	0,60	4 924	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
65.....	10 819	0,60	6 491	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
66.....	4 951	0,60	2 971	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
67.....	10 149	0,60	6 089	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
68.....	8 315	0,60	4 989	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
69.....	5 205	0,60	3 123	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
70.....	5 351	0,60	3 211	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
71.....	7 478	0,60	4 487	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
72.....	11 342	0,60	6 805	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
73.....	5 185	0,60	3 111	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
74.....	11 261	0,60	6 757	3	1	15	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
75.....	187	1,00	187	2	1	8	Serviços Comuns.
76.....	2 000	0,60	1 200	2	1	15	Posto de abaste.
	443 121		260 322				





VIA SECUNDÁRIA - PERFIL



VIA EXTERIOR - PERFIL

**Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT
(conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)**

9401 — http://ssaigt.dgotdu.pt/i/Planta_de_implantacao_9401_1.jpg
606072573

Assembleia Municipal de Rio Maior**Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2018****Deliberação**

Ponto VIII — Aprovação da proposta de 2.ª Alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior.

A Assembleia Municipal de Rio Maior, reunida ordinariamente no dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezoito, aprovou a proposta de alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior, nos termos do n.º 1.º do artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Votação: aprovado por unanimidade dos presentes.

Esta deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade dos presentes, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Rio Maior, Secretaria da Assembleia Municipal, 1 de outubro de 2018. — O Presidente da Assembleia Municipal, *António Manuel Silva Arribança*, Dr.

2.ª Alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior (PPPNRM)**Disposições regulamentares alteradas e aditadas****CAPÍTULO I****Disposições Gerais****Artigo 4.º****Definições**

Para efeitos da aplicação do presente regulamento consideram-se as definições constantes no artigo 2.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, bem como os conceitos técnicos, nos domínios do ordenamento do território e urbanismo, fixados pelo Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio.

CAPÍTULO II**Servidões administrativas e restrições de utilidade pública****Artigo 7.º-A****Salvaguarda do Património Arqueológico**

a) Aos sítios e achados arqueológicos existentes na área do PPPNRM aplica-se a legislação de proteção do património arqueológico em vigor sendo desde logo aplicável, nos termos da lei, o princípio da conservação pelo registo científico, pelo que a construção nos lotes do Parque de Negócios de Rio Maior fica condicionado à realização do acompanhamento arqueológico de todas ações de desmatização e movimentação de terras.

b) Os trabalhos de arqueologia deverão ser dirigidos por um (a) arqueólogo (a) com experiência profissional em contextos de pré-história antiga, devendo remeter o respetivo Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) à Tutela do Património Cultural.

c) Caso no decurso do acompanhamento arqueológico sejam identificados contextos arqueológicos preservados deverá proceder-se à respetiva escavação arqueológica, de acordo com o disposto no n.º 1 e 2 do artigo 75.º da Lei n.º 107/2001 de 08 de setembro — Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

d) Em caso de ocorrência de vestígios arqueológicos, no subsolo ou à superfície, durante a realização de qualquer obra na área do Plano é obrigatória a comunicação imediata à entidade de tutela competente e à Câmara Municipal, ficando os trabalhos em curso imediatamente suspensos, nos termos e condições previstos na legislação aplicável à proteção e valorização do património cultural.

e) O tempo de duração efetivo da suspensão dá direito à prorrogação automática por igual prazo da execução da obra, para além de outras providências previstas na legislação em vigor.

f) Os trabalhos suspensos só podem ser retomados após parecer da entidade da Tutela competente.

g) As intervenções arqueológicas necessárias devem ser integralmente financiadas pelo respetivo promotor da obra, em acordo com a legislação em vigor.

MUNICÍPIO DE RIO MAIOR**Aviso n.º 16727/2018****Alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior**

João António Lopes Cadoso, Eng.º, Vereador da Câmara Municipal de Rio Maior, no uso da competência delegada através do Despacho n.º 108/2018, torna público, para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJGT), que a Câmara Municipal de Rio Maior, na sua reunião ordinária de 17 de setembro de 2018 deliberou submeter a proposta final da alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do RJGT.

Mais torna público, que a Assembleia Municipal de Rio Maior, na sua reunião ordinária de 29 de setembro de 2018, aprovou por unanimidade a proposta final da alteração ao Plano de Pormenor do Parque de Negócios de Rio Maior.

Nos termos da alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do RJGT, publica-se em anexo a este aviso a deliberação da Assembleia Municipal que aprovou a alteração ao plano, o extrato do regulamento com as alterações, o anexo I (Quadro de Loteamento do Parque de Negócios de Rio Maior) ao regulamento e a planta de implantação.

3 de outubro de 2018. — O Vereador, *João António Lopes Cadoso*, Eng.º

ANEXO I

Quadro de loteamento parque de negócios

Lote			Edificabilidade máxima					Cota de soleira	Uso
Número	Área	Área de implantação máxima	Índice de construção	Área bruta de construção máxima	Número máximo de pisos		Cerca máxima		
					Acima da cota de soleira	Abaixo da cota de soleira			
1	7343 m²	4026 m²	0,60	4406 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
2	7376 m²	–(3)	0,60	4426 m²	3	1	15	–	EPTAR.
3	4981 m²	2305 m²	0,60	2989 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
4	4585 m²	1997 m²	0,60	2751 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
5	9724 m²	5794 m²	0,60	5834 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
6	4998 m²	2259 m²	0,60	2999 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
7	9994 m²	5955 m²	0,60	5996 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
8	9504 m²	5237 m²	0,60	5702 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
9	9407 m²	4599 m²	0,60	5644 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
10	17862 m²	10717 m²	0,60	10717 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
11	12667 m²	7398 m²	0,60	7600 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
12	12930 m²	7592 m²	0,60	7758 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
13	5519 m²	2728 m²	0,60	3311 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
14	5588 m²	3190 m²	0,60	3353 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
15	4764 m²	2120 m²	0,60	2858 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
16	17022 m²	10003 m²	0,60	10213 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
17	2097 m²	872 m²	0,60	1258 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
18	2106 m²	882 m²	0,60	1264 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
19	2323 m²	1025 m²	0,60	1394 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
20	2286 m²	1237 m²	0,60	1372 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
21	2210 m²	963 m²	0,60	1326 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
22	2026 m²	836 m²	0,60	1216 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
23	2255 m²	960 m²	0,60	1353 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
24	2287 m²	1012 m²	0,60	1372 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
25	2263 m²	1208 m²	0,60	1358 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
26	2256 m²	984 m²	0,60	1354 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
27	9069 m²	5240 m²	0,60	5441 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
28	9143 m²	5205 m²	0,60	5486 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
29	24275 m²	14565 m²	0,60	14565 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
30	2958 m²	1256 m²	0,60	1775 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
31	2781 m²	1362 m²	0,60	1669 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
32	2577 m²	980 m²	0,60	1546 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
33	2617 m²	1015 m²	0,60	1570 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
34	2495 m²	1169 m²	0,60	1497 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
35	2342 m²	852 m²	0,60	1405 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
36	2459 m²	942 m²	0,60	1475 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
37	2468 m²	1109 m²	0,60	1481 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
38	2170 m²	792 m²	0,60	1302 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
39	2336 m²	838 m²	0,60	1402 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
40	2383 m²	1037 m²	0,60	1430 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
41	2118 m²	762 m²	0,60	1271 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
42	2329 m²	808 m²	0,60	1397 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
43	2306 m²	773 m²	0,60	1384 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
44	2206 m²	734 m²	0,60	1324 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
45	13154 m²	2953 m²	0,60	7892 m²	3	2	15	–	Serviços Comuns.
52	2167 m²	691 m²	0,60	1300 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
53	2209 m²	866 m²	0,60	1325 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
54	2180 m²	658 m²	0,60	1308 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
55	2521 m²	776 m²	0,60	1513 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
56	2367 m²	712 m²	0,60	1420 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
57	2536 m²	660 m²	0,60	1522 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
58	2457 m²	682 m²	0,60	1474 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
61	11896 m²	6557 m²	0,60	7138 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
62	9163 m²	5156 m²	0,60	5498 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
66	4951 m²	2060 m²	0,60	2971 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
67	10149 m²	5998 m²	0,60	6089 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
68	8315 m²	3516 m²	0,60	4989 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
69	5205 m²	2457 m²	0,60	3123 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
70	5351 m²	2970 m²	0,60	3211 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
71	7478 m²	4104 m²	0,60	4487 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
72	11342 m²	6465 m²	0,60	6805 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
73	5185 m²	2320 m²	0,60	3111 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
74	11261 m²	6757 m²	0,60	6757 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
75	187 m²	187 m²	1,00	187 m²	2	1	8	–	Serviços Comuns.
76	2000 m²	–(3)	0,60	1200 m²	2	1	15	–	Posto de abaste..
77	88435 m²	39436 m²	0,51	45384 m²	3	1	15	–	Indústria/Logística/Serviços/Comércio.
	455914 m²	221319 m²		265946 m²					

**Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT
(conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)**

46114 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_implantacao_46114_1.jpg
611806117